



3

Proposta à Câmara

De Sr. Presidente
Emídio Sousa

Para Câmara Municipal

Data 15 de abril de 2020

Assunto: Medidas de Apoio Económicas/Sociais

Considerando:

- A Organização Mundial de Saúde considerou a epidemia SARS-CoV-2 como causadora de uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, tendo caracterizado o vírus como uma pandemia;
- O estado de emergência em todo o território nacional declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, renovado pelo Decreto n.º 17-A/2020, de 2 de abril, aos quais se seguiu a adoção de medidas restritivas à circulação de pessoas e bens e a imposição da suspensão da atividade de estabelecimentos de comércio e prestação de serviços;
- As medidas excecionais de resposta à epidemia SARS-CoV-2, impostas em todo o território nacional com o objetivo de conter a propagação do vírus, designadamente o dever geral de recolhimento obrigatório dos cidadãos e as restrições e proibições do exercício de muitas atividades económicas;
- O impacto socioeconómico negativo nas empresas e nas famílias de tais medidas excecionais, dada a contração da atividade económica e a consequente diminuição de rendimentos;
- Neste contexto adverso para a economia portuguesa e para a situação económica das famílias, urge adotar medidas excecionais que minimizem as consequências negativas da pandemia da doença Covid-19, assegurando um reforço quer da tesouraria e liquidez das empresas, atenuando os efeitos da redução da atividade económica quer dos rendimentos das famílias;
- Assim, ao abrigo do disposto no regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, introduzido pela Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, do regime excecional no âmbito cultural e artístico, previsto no Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de

26 de março, alterado pela Lei n.º 7/2020, de 10 de abril e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

Proponho a aprovação das seguintes medidas:

OBRAS MUNICIPAIS

- Concessão de prorrogação graciosa do prazo das empreitadas no tempo correspondente à situação de emergência nacional, considerando-se a situação de pandemia como circunstância de força maior que impossibilita a realização da empreitada no prazo previsto, a requerer pelo cocontratante;
- Adlamento de novas consignações de empreitadas, considerando-se a situação de pandemia como circunstância de força maior que impossibilita o início e o normal desenvolvimento dos trabalhos revisto, a requerer pelo cocontratante.

URBANISMO

- Manter em pleno funcionamento o licenciamento urbanístico, visando-se apolar o setor da construção, vital na retoma da economia;
- Suspensão da contagem do prazo de execução das operações urbanísticas, no âmbito das licenças concedidas e das comunicações prévias apresentadas, promovidas pelas empresas e particulares, pelo período correspondente ao estado de emergência (*)

TAXAS E OUTRAS RECEITAS NÃO URBANÍSTICAS

Tipo de Taxas	Propostas
Assuntos administrativos	Redução da taxa para assuntos tratados não presencialmente (50%)
Mercados e Feiras	Isenção do pagamento no período correspondente ao estado de emergência, mais um período adicional de 1 mês(*,**)
Ocupação do Espaço Público – Esplanadas	Isenção do pagamento no período correspondente ao estado de emergência mais um período adicional de 1 mês (*,**)
Ocupação do domínio público – Publicidade	Suspensão do pagamento no período correspondente ao estado de emergência (*)
Roulottes e Quiosques	Isenção do pagamento no período correspondente ao estado de emergência, mais um período adicional de 1 mês (*,**)

**Renovação de cartão de residente**

Renovação gratuita por um período de mais um ano

(*) Com efeitos retroativos a 1 de março, considerando-se o mês completo do mês de cessação do estado de emergência

(**) nas situações já pagas para o período em referência, esse valor será deduzido ao pedido futuro de licenciamento e/ou ocupação de espaço público

CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS

	Propostas
Concessões / Arrendamentos (que não habitação social) relativos a estabelecimentos encerrados ou com atividade reduzida	Isenção do pagamento da renda no período correspondente ao estado de emergência mais um período adicional de 1 mês (*)
Bolsa de terrenos	Suspensão de pagamento da renda pelo período de um semestre
Lotes em Zonas Industriais (venda já realizada em hasta publica)	Se solicitado, suspensão do pagamento das prestações, no período de vigência do estado de emergência. Terminado esse período, o valor que não for cobrado poderá ser pago até 6 meses após o prazo de pagamento da última prestação em condições normais, sem juros ou penalizações.

(*) Com efeitos retroativos a 1 de março, considerando-se o mês completo do mês de cessação do estado de emergência

AÇÃO SOCIAL

- Rendas "habitação social": após comprovação de diminuição de rendimento e se solicitado pelo locatário, suspensão do pagamento das rendas dos fogos municipais, durante o período de vigência do estado de emergência (*). Terminado esse período, o valor que não for cobrado poderá ser liquidado até 12 meses, sem juros ou penalizações.

- O valor da renda será reavaliado, se pedido pelo locatário, de acordo com os procedimentos em vigor na Divisão de Ação Social.

- Permitir que as prestações sociais ou benefícios resultantes da apresentação de rendimentos seja comprovado pela apresentação dos rendimentos globais dos 3 meses anteriores.

(*) Com efeitos retroativos a 1 de março, considerando-se o mês completo do mês de cessação do estado de emergência



APOIOS À CULTURA

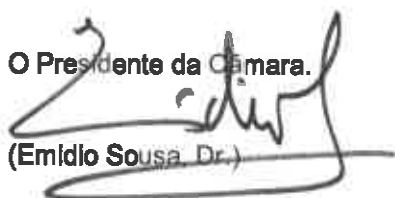
- Alargar o prazo de entrega dos relatórios dos projetos financiados pelo Programa de Apoio a Projetos Culturais [PAPC] 2019 até um trimestre e agilizar os procedimentos referentes ao pagamento da parte restante após validação técnica dos respetivos relatórios;
- Manter os apoios concedidos ao abrigo do Programa de Apoio a Projetos Culturais 2020 e Protocolos de Parceria Plurianuais (2018 – 2021) e permitir o ajuste da calendarização da execução dos projetos até 12 meses desde a data inicialmente prevista para a sua realização;
- Permitir, sob o princípio da boa fé, o reagendamento dos espetáculos dos equipamentos culturais municipais, já programados à data do seu encerramento, até 12 meses desde a data inicialmente prevista para a sua realização;
- Antecipar a abertura dos concursos das medidas do novo Programa Municipal de Apoio à Cultura;
- Disponibilizar apoio técnico aos agentes culturais locais nos procedimentos de submissão de candidaturas e/ou pedidos de apoio a entidades governamentais ou não governamentais.

APOIOS À EDUCAÇÃO E DESPORTO

- Suspensão do pagamento das AAAP do mês de março;
- Reavaliação do valor a pagar pelas AAAP, quando solicitado, com base nos rendimentos apresentados;
- Reavaliação do apoio no âmbito da ação social escolar, quando solicitado, com base nos rendimentos apresentados;
- Permitir que as prestações sociais ou benefícios resultantes da apresentação de rendimentos seja comprovado pela apresentação dos rendimentos globais dos 3 meses anteriores;
- Suspensão do pagamento da utilização dos Pavilhões Municipais e ou outros espaços desportivos municipais, até 31 de julho.

Mais proponho que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, as isenções concedidas sejam comunicadas à Assembleia Municipal, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas após a aprovação pelo executivo municipal.

O Presidente da Câmara.


(Emídio Sousa, Dr.)